

COLEÇÃO
PENSAR A AMÉRICA LATINA E O CARIBE

**PERSPECTIVAS CRÍTICAS DA AMÉRICA LATINA:
PENSAMENTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO**

LIVRO I

PROLAM
editora

Copyright © 2019 dos organizadores e autores dos textos

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria, proibindo qualquer uso para fins comerciais. A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Perspectivas críticas da américa latina [livro eletrônico] : pensamento social, político e econômico / organização Vivian Urquidi ... [et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : PROLAM/USP, 2019.

4.456 KB ; PDF

Bibliografia

Vários colaboradores

ISBN 978-85-88376-02-1

1. America Latina - Civilização 2. Antropologia - América Latina 3. Direito - Aspectos políticos 4. Economia - América Latina 5. História 6. Pensamento político I. Urquidi, Vivian.

20-47127

CDD-320.5

Índices para catálogo sistemático:

1. Pensamento político : Ciência política 320.5 Aline
Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

FICHA TÉCNICA

Coleção Pensar América Latina e o Caribe

Livro I – *Perspectivas críticas da América Latina: pensamento social, político e econômico*

Arte da capa: Camila Antunes Madeira da Silva

Projeto e Edição Gráfica: Editora Terceira Margem

ISBN: 978-85-88376-02-1

DOI: 10.29327/524240

E-book gratuito e de livre circulação.

Proibida a venda e seu uso com fins comerciais.

Organizadoras

Vivian Urquidi

Margarida Nepomuceno

Mayra Coan Lago

Joana de Fátima Rodrigues

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

Sabrina Rodrigues

Instituição realizadora

Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP

Coordenação do PROLAM/USP

Prof. Dr. Julio Cesar Suzuki (FFLCH/PROLAM/USP) - Coordenador

Prof. Dra. Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves – ECA/PROLAM/USP – Vice-Coordenadora

Instituições apoiadoras

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP)

Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (PrPG)

Instituições parceiras

Encontro de Pesquisadores da América Latina – PROLAM-EPAL/USP

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP)

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP)

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP)

Instituto de Relações Internacionais (IRI/USP)

Memorial da América Latina

Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP)

Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI/USP)

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)

Conselho Editorial

Afrânio Mendes Catani (FE/PROLAM-USP)
Alexandre Fuccille (UNESP; Santiago Dantas)
Amalia Ines Geraiges de Lemos (PROLAM/FFLCH-USP)
Amaury Patrick Gremaud (FEARP/PROLAM-USP)
Ana Elisa Thomazella Gazzola (Santiago Dantas)
Ana Hoffmann (UNIFESP)
Ana Paula Joaquim (UERR)
Beatriz Walid de Magalhães Naddi (IRI-USP)
Bela Feldman-Bianco (IFCH-UNICAMP)
Bruna Muriel Fuscaldo (UFABC)
Caio Boucinhas (FAU-Anhanguera)
Camilla Geraldello (DCP/USP)
Carla Regina Mota Alonso Diéguez (FESP-SP)
Carolina de Roig Catini (FE/UNICAMP)
Caroline Cotta de Mello Freitas (FESPSP)
Catalina Gonzalez Zambrano (CEBRAP/FFLCH-USP)
Claudinei Cássio de Rezende (PUCSP)
Cremilda Celeste de Araujo Medina (ECA/USP)
Cristiane Kerches da Silva Leite (EACH/USP)
Cristina Nunez-Madrado (Universidad Veracruzana/México)
Daniel Pereira Andrade (EAESP/FGV)
Deivison Nkosi Mendes Faustino (UNIFESP)
Dennis de Oliveira (ECA/PROLAM-USP)
Dilma de Mello (ECA/PROLAM-USP)
Edgard Monforte Merlo (FEARP/PROLAM-USP)
Eduardo Saad Diniz (FDRP/PROLAM-USP)
Eliel Waldwogel Cardoso (FSA)
Elis Crokidakis Castro (UNESA)
Fabiana Oliveira (PROLAM-USP)
Flávia Loss de Araújo (UMC)
Flávia Rios (UFF)
Guillermo Arias Beatón (Cátedra L.S. Vygotski /U. de Havana/Cuba)
Horacio Gutiérrez (FFLCH/USP)
Iara Machado (PROLAM/USP)
Igor Fuser (CECS/UFABC)
Iram Jácome Rodrigues (FEA/USP)
Isadora de Andrade Guerreiro (FAU / USP)
Ivana Denise Grehs (UNESA)
Janice Gonçalves (UDESC)
Joana de Fátima Rodrigues (Unifesp)
Júlio Suzuki (PROLAM/USP)
Karina Fernandes (USP / UNIVESP)
Karina Lilia Pasquariello Mariano (UNESP/Santiago Dantas)
Laura Janina Hosiasson (FFLCH-USP)
Lisbeth Rebollo Gonçalves (ECA/PROLAM-USP)
Luciana Rosa (UNIFESP)
Lucilene Cury (PROLAM/ECA-USP)
Luiz Antonio Dias (PUCSP/UNISA)
Manoela Rossinetti Ruffinoni (EFLCH-UNIFESP)
Márcio Bobik Braga (FEARP/PROLAM)
Maria Amélia Devitte Ferreira D’Azevedo Leite (FIAM-FAAM)
Maria Cristina Cacciamali (FEA/PROLAM-USP)
Maria de Fátima Souza da Silveira (FFLCH-USP)
María de Lourdes García Vázquez (LAHAS – UNAM/México)
Maria Margarida Cintra Nepomuceno (PROLAM/USP)
Maria Sabina Uribarren (MP/USP-UNIP)
Marilene Proença Rebello de Sousa (PROLAM/IP-USP)
Marília-Marie Goulart (ECA/USP)
Mayra Coan Lago (USP/ FSA)
Murilo Gaspardo (UNESP)
Orlando de Barros (UERJ)
Osvaldo Coggiola (FFLCH/PROLAM-USP)
Paulo Cesar Garcez Marins (MP/USP)
Pedro Chadaverian (UNIFESP/UFABC)
Pedro Ortiz (Cáspere Libero e Belas Artes)
Rafael Lopes de Sousa (UNISA)
Regiane Nitsch Bressan (UNIFESP e REPRI)
Renato Braz Oliveira de Seixas (PROLAM/EACH-USP)
Renato Sztutman (FFLCH/USP)
Ricardo Neves Streich (História Social-USP)
Rodrigo Medina Zagni (UNIFESP)
Salvador Schavelzon (UNIFESP)
Sedi Hirano (FFLCH/PROLAM-USP)
Simone Rocha Abreu (FALC/UFMS)
Sylvia Adriana Dobry (FIAM-FAAM)
Thiago Mourelle (UFF/Arquivo Nacional)
Úrsula Dias Peres (PROLAM/EACH-USP)
Vanessa C. G. Teixeira (UNESP)
Victor Gabriel Rodriguez (FDRP/PROLAM-USP)
Vitor Stuart de Pieri (Geografia/UNICAMP)
Vivian Urquidi (EACH/PROLAM-USP)
Wagner Tadeu Iglecias (PROLAM/EACH-USP)
Waldo Sanchez Lao (ENAH/México e PROLAM-USP)
Wladimir Mejía Ayala (UPTC/Colômbia)
Yanet Aguilera Viruéz Franklin de Matos (UNIFESP)

“O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”: Carlos Marighella e a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)

Luiz Gabriel R. Locks*

Nashla Dahás**

Introdução

Nosso trabalho se inscreve numa tradição historiográfica de estudos sobre as esquerdas radicais no Brasil durante os anos de 1960 e 1970, momento de crise e efervescência também para o pensamento social e político latino-americano. Após algumas considerações iniciais sobre as motivações, pressupostos e lacunas desta comunicação, abordaremos o panorama atual da produção acadêmica a respeito do tema, com destaque para a trajetória e ideias de Carlos Marighella (1911-1969) no interior dos conflitos políticos que marcaram aquelas décadas. Retomaremos, em seguida, o episódio da realização da primeira Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em julho-agosto de 1967, em Havana, como campo de observação fundamental da ação e pensamento de nosso sujeito histórico em um momento decisivo de sua vida e memória. A última parte do trabalho será dedicada à análise de algumas fontes produzidas durante a participação de Marighella na OLAS, como a entrevista concedida pelo militante após a primeira conferência no evento, além de referências gerais aos seus escritos entre os anos de 1966 e 1967.

Em primeiro lugar, escrever sobre as condições históricas dos anos de 1960 e sobre os sujeitos que participaram de movimentos e partidos revolucionários na América Latina continua tarefa tão difícil quanto há meio século. A distância temporal ainda hoje reivindicada por alguns críticos da História do Tempo Presente não pôde (até este momento) garantir o suposto afastamento emocional considerado necessário à escrita da história (Delacroix, 2018). Antes, em sentido contrário ao antigo desejo de imparcialidade, nos últimos trinta anos, a maior parte dos países do continente latino-

* Graduando em História-UDESC.

** Pós-doutoranda e professora colaboradora do PPGH-UDESC. Bolsista PNPd-CAPES. E-mail: nashladahas@hotmail.com

“O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”:
Carlos Marighella e a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)

americano passou por intensas oscilações coletivas a respeito de suas referências e memórias políticas à direita e à esquerda, experimentando, inclusive, a revalorização social e acadêmica da discussão sobre violência política (Fico, Araújo, Grin, 2012).

Nessas circunstâncias, a imagem e as ideias de Carlos Marighella permanecem como objeto de ressignificações e símbolos de luta política à luz dos problemas presentes. Sem nos alongar muito nesse ponto, duas citações parecem incontornáveis. Em 2012, o documentário *Marighella*, produzido por Isa Grinspum Ferraz e estrelado pelo conhecido ator da Rede Globo de Televisão, Lázaro Ramos, trouxe ao público depoimentos de ex-militantes e de celebridades do circuito cultural comercial como o crítico literário Antônio Cândido. A escolha mais acertada do ponto de vista da divulgação do filme, recaiu, entretanto, sobre a música-tema (que gerou um clipe) composta especialmente por Mano Brown, integrante da banda de rap paulista Racionais Mc's. Desde o final dos anos de 1990, a banda e o vocalista tornaram-se símbolo de certa produção cultural periférica combativa do chamado *american way of life*, e auto-reflexiva quanto às condições de vida nas áreas frequentemente associadas por Estado e sociedade à violência e ao tráfico de drogas.

E eis que neste ano de 2019, à luz do neoconservadorismo que levou Jair Bolsonaro à presidência da República (2018), nova versão de *Marighella* é encenada para o cinema sob a direção do ator Wagner Moura, cujo sucesso de popularidade foi aberto por sua atuação no polêmico filme *Tropa de Elite* (2007), dirigido por José Padilha e inspirado no livro *Elite da Tropa*, escrito pelo antropólogo e ex-secretário nacional de segurança pública Luiz Eduardo Soares em co-autoria com o ex-policial Rodrigo Pimentel. No livro, como no filme, sobressai um modelo de violência na atuação policial em áreas pobres do Rio de Janeiro, assim como as estreitas relações entre o poder público e chamado o crime organizado, envoltos em uma rede de corrupção composta por figuras políticas hierarquicamente importantes e variadas entre empresários, policiais e traficantes. Também inspirado em livro – biografia de Marighella escrita pelo jornalista Mario Magalhães –, o filme de 2019 estreou sob os aplausos da plateia no famoso Festival de Cinema de Berlim, e gerou intensa repercussão interna e internacional.

Precisamos mencionar ainda um último elemento para a problematização de nosso tema: Marighella, além de militante e poeta, era um intelectual de autoria rigorosa, responsável por versões cuidadosas da história do Brasil e de seu próprio presente, cujos sentidos atravessaram o tempo de sua existência configurando parte de um “passado que não passa”¹.

1. A noção de “passado que não passa” vem sendo utilizada como marca da História do Tempo Presente na América Latina, cujos estudos mais candentes dizem respeito aos golpes, ditaduras e transições para a democracia a partir da segunda metade do século XX. A respeito do termo ver: Christian Delacroix. “A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?” *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, nº 23, p. 39-79, jan./mar. 2018.

A trajetória de Carlos Marighella é inseparável dos temas da revolução cubana e de sua influência regional e global, assim como das inúmeras controvérsias e divergências vividas nesse contexto entre as esquerdas brasileiras. No Brasil, pode-se afirmar que algo próximo de um consenso historiográfico aponta para a recepção dos acontecimentos na ilha entre 1959-61 como a prova prática de que o tempo revolucionário não acontece por etapas. De que era possível intervir em seu curso histórico, acelerando-o (Ridenti, 2010; Reis, 1990, Sales, 2015). Foi a partir desta guinada de sentido que grupos autodefinidos como radicais experimentaram a iminência da revolução e abriram um período de intensa mobilização política, embate intelectual e produção literária a respeito das especificidades desse processo ao Sul global.

Carlos Marighella. Consensos e impasses na historiografia brasileira

Pesquisas antigas e recentes sobre a importância do exemplo cubano para os rumos da política brasileira não deixam de mencionar aquele momento como o ponto fundamental em que se estabeleceu o fim de um monopólio ideológico no interior do campo da esquerda, até então exercido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado em 1922 e ao qual Marighella se filiaria em 1936. A ampliação do imaginário político teria sido acompanhada pela inviabilidade da coesão partidária. O tom preponderante com que se faz essa afirmação é o da crítica à fragmentação política. Sem dúvida, este ângulo de visão, marcado pelo olhar retrospectivo, não permite que se esqueça do fato de que todos esses movimentos encontraram, em lugar das circunstâncias revolucionárias para as quais se prepararam, o abismo de uma ditadura militar que obteve apoio social variado ao longo de duas décadas. Nessas circunstâncias, é preciso que a crítica seja compreendida sob o signo da derrota política.

O impacto da Revolução Cubana na América Latina implicou o questionamento e, em muitos casos, a adesão à ‘luta armada’². Enquanto alguns grupos como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-Polop), criada em 1961 no Brasil, concebeu e discutiu a questão como uma expectativa e-ou projeto, a maior parte dos movimentos de esquerda nascidos na clandestinidade após o golpe civil-militar de 1964, como a Ação Libertadora Nacional (ALN) dirigida por Marighella, deram evidente importância ao treinamento militar e à chamada ação direta. Nesse sentido, pode-se dizer que a imagem da criação de focos guerrilheiros pelo continente

2. Jean Rodrigues Sales ressalta que, embora “Luta armada contra a ditadura militar” seja uma denominação consagrada no campo da história, no caso brasileiro, esse conjunto de ações nem sempre consistiu em combates armados entre esquerdistas e militares, como a denominação sugere, incluindo, sobretudo, as ações urbanas como ‘expropriações’ a bancos e de armamentos explosivos, propaganda armada contra a ditadura e sequestro de diplomatas estrangeiros. Ver: Jean Rodrigues Sales (Org.) *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Lamparina, FAPERJ, 2015.

“O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”:
Carlos Marighella e a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)

latino-americano rendeu longos debates entre a militância revolucionária, profundamente preocupada em distinguir as circunstâncias que lhes eram próprias daquelas vividas em Cuba.

Em artigo bastante citado a respeito da influência da Revolução Cubana sobre o surgimento da Ação Libertadora Nacional em 1967, Jean Rodrigues Sales (2009) ressalta as discordâncias de Marighella com o Partido Comunista desde ao menos 1961, assim como sua convicção de que à luta armada deveria somar-se a luta de massas e suas múltiplas estratégias de resistência. Segundo Sales, a escolha pela luta armada por ocasião da OLAS reformulou os circuitos e sociabilidades à esquerda no interior do PCB, aproximando de Marighella adeptos anteriormente distantes, e afastando militantes próximos de mais longa data. Além disso, a ruptura pública com o PCB não levou Marighella ao pensamento voltado para a revolução imediata, como por exemplo, foi o caso da POLOP brasileira desde 1961. Marighella preservou a tese de revolução em dois estágios: o primeiro teria de se a ver com o imperialismo e a libertação popular de seu jugo, e o segundo, este sim, encarnaria o desafio da construção socialista da revolução. Nesse sentido, o que nos parece mais importante ressaltar é a pluralidade de projetos, visões e expectativas que marcaram a luta armada no Brasil, independente da escolha entre aderir e não aderir.

Em seu trabalho sobre o século XX francês, Jean-François Sirinelli (2014) afirma que mesmo na Europa, até meados dos anos 1950, a União Soviética era ainda a peça chave de uma visão binária da História, fortemente impregnada de marxismo-leninismo, com uma classe exploradora a abater – a burguesia –, e uma classe explorada a promover – o proletariado, justamente a classe alavanca das revoluções por vir. De acordo com Sirinelli, em poucos anos, porém, houve uma dupla transferência, ao mesmo tempo semântica e geográfica, que deslocou o papel da revolução para o terceiro mundo e o modelo revolucionário da União Soviética para China ou Cuba:

Depois das decepções a respeito da União Soviética em 1956 – relatório Khrushchev em fevereiro, repressão na Hungria no outono -, depois da constatação de que a classe operária ocidental, longe de se tornar o estopim esperado, também se beneficiava do enriquecimento dos Trinta Gloriosos e já quase não aspirava a uma ruptura revolucionária, outro binômio vai assumir o papel de suposto motor da História: o par imperialismo – Terceiro Mundo. De fato, é a visão de uma luta de classes dilatada à escala planetária que substitui a precedente: a exploração teria se tornado progressivamente mundial, e são os jovens Estados em formação naquele momento, vítimas de tal exploração, que se tornariam a ponta de lança das revoluções por vir. O novo binômio se encarna, portanto, em alguns desses Estados, e às transferências semânticas, se acrescenta um deslizamento geográfico: o modelo declinante da União Soviética é substituído especialmente por aqueles da China ou de Cuba. (Sirinelli, 2014, p.56)

O giro geopolítico apontado pelo autor é objeto de diversas pesquisas, entre as quais o trabalho de Jacob Gorender, respeitado intelectual de esquerda no Brasil, recentemente falecido. Gorender filiou-se ao PCB da Bahia em 1942, tornando-se quadro do Partido já em 1945. Entre 1951 e 1953, foi transferido para São Paulo, e integrou o Comitê Estadual do PCB, ao lado de outro baiano, Marighella. Em 1962, na IV Conferência do PCB, permaneceu ao lado de Marighella na crítica proferida à direção partidária. Ambos propunham a adoção de uma linha política “menos conciliadora”, seguindo o tom geral da esquerda à esquerda no país. Entre 1956 e 1966, esses militantes considerados radicais foram sendo expulsos, ou voluntariamente se afastaram do Partido. Segundo Jacob Gorender, em livro publicado em 1987, intitulado *Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, a OLAS significou a cristalização do processo expansionista da revolução em Cuba. As deficiências decorrentes desse apoio político cubano no seio da esquerda brasileira consistiram na relativização da incapacidade das bases sociais e forças produtivas para tomarem a vanguarda do suposto processo revolucionário. Fundamentalmente, em fins dos anos de 1980, o autor condenou a política de ‘exportação’ da revolução cubana como uma amarga simplificação.

Em biografia organizada pelos historiadores Cristiane Nova e Jorge Nóvoa (1999), a questão “por que perdemos?”, relacionada ao golpe civil-militar de 1964, é central para compreender a trajetória e a obra de Marighella até sua morte em 1969. Nesse sentido, ao longo do livro e das análises de textos do militante, algumas ideias aparecem como especialmente importantes, tais como: a culpabilização de todos os setores progressistas que detinham o poder institucional até 1964 e, com isso, canais de diálogo direto com as massas; crítica incisiva à burguesia nacional e à política de conciliação, consideradas contrárias ao interesse dos movimentos de massas, necessidade indispensável do apoio das massas populares à resistência e à revolução. De forma geral, a obra ressalta também a fineza, especificidade e independência do pensamento de Marighella, incapturável pelos partidos que surgiram como dissidências do PCB. Entre outros exemplos, o militante não rejeitava a aliança com a burguesia e setores progressistas e nacionalistas, em concordância com demais grupos da esquerda radical, mas defendia uma posição de autonomia em relação à vontade e interesses políticos daquela classe.

Também no que concerne à guerrilha, Marighella fugiu ao ‘senso-comum’ radical esquivando-se de tal estratégia como única forma de combater a ditadura, embora reconhecesse evidentemente a via não pacífica como fundamental no caso brasileiro. Nesse ponto, a viagem à Cuba é apontada por diversos autores como momento decisivo no caminho do militante quinquagenário em direção à luta armada *junto às massas* e, vale ressaltar, após uma longuíssima trajetória de luta política institucional.

Destaca-se, porém, a importância atribuída por Marighella à deflagração do combate no campo, embora entendesse a necessidade crescente de pensar a ação no perímetro

“O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”:
Carlos Marighella e a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)

urbano, conforme atestaria o seu *Minimanual do Guerrilheiro Urbano* escrito em junho de 1969. Vale dizer que ainda está por ser devidamente estudada no campo da historiografia a noção de terrorismo político tal como nuançada pelo guerrilheiro Marighella.

Mas Carlos Marighella foi também um homem de seu tempo, dando vida e memória a aspectos subjetivos, intelectuais e políticos bastante sintonizados com o movimento histórico que animou grande parte das gerações que resistiram à ditadura. Pode-se dizer que um exemplo emblemático consiste na defesa de que o regime autoritário, por assim dizer, cumpriu um papel importante: o de mostrar às massas o caminho de sua história e combate contra a violência e a repressão. Sem dúvida, uma figura histórica singular.

Sentidos para a OLAS na História das esquerdas latino-americanas

Em agosto de 1967, a OLAS, Organização Latino Americana de Solidariedade, reuniu a esquerda latino-americana em Cuba e proclamou a revolução como um direito e um dever dos povos da América Latina, no enfrentamento do imperialismo e das oligarquias burguesas e latifundiárias no caminho para o socialismo. Sobre o acontecimento, vale à pena conferir algumas interpretações.

De acordo com o historiador Jean Rodrigues Sales (2005), a preparação da OLAS foi um dos importantes elementos que levou o Partido Comunista Brasileiro a se chocar publicamente com os cubanos. Tratava-se de um chamamento a todos os revolucionários do continente para que seguissem o caminho das armas e abandonassem a política até então seguida pelos comunistas.

A revista chilena *Punto Final*³ tratou de divulgar um resumo daquele episódio:

... A conferência aprovou duas premissas fundamentais, 1- o processo de conquista do poder político na América Latina só pode desenvolver-se através de luta armada, entendendo-se a América Latina em seu conjunto, posto que há uma só grande estrutura política que abarca todo o continente, de maneira que os poderes nacionais são meras delegações desta superentidade radicada nos Estados Unidos 2- nenhum país está marginalizado deste quadro político continental e, em consequência, não existem processos isolados, ninguém pode dizer que possui uma via própria para capturar o poder político. Nas palavras mais simples, a luta de um é a luta de todos os países latino americanos. Mas bem, a forma como em cada país esta teoria se apresenta dependerá de suas características. Na maioria prevalecerá a luta guerrilheira, mas haverá outros em que situações particulares colocarão situações revolucionárias distintas. Em todos os casos, são problemas de fato, que terão que resolver os revolucionários de cada país. (Punto Final, agosto de 1967).

3. Punto Final, Nº35, segunda quinzena de agosto de 1967. Disponível em <http://www.puntofinal.cl/> (Último acesso em fevereiro de 2015)

De acordo com os historiadores chilenos Pedro Naranjo e Júlio Pinto (2006, p.147), a partir dali, todos os olhares latino-americanos se voltaram para a guerrilha liderada por Che Guevara e pelo Exército de Libertação Nacional na Bolívia. Logo, o assassinato de Che em outubro, na serra boliviana, afetaria profundamente as esquerdas revolucionárias. Porém, a figura de Guevara foi rapidamente elevada à condição de mártir, de modo que as razões de sua morte se tornaram menos discutidas do que a necessidade de honrá-la.

A historiadora Silvia Miskulin aponta a OLAS como o epicentro de uma política externa na América Latina voltada para a exportação da Revolução⁴. A autora retoma o pensamento de Che Guevara em *Guerra de Guerrilhas* (1960), no qual o revolucionário argentino defendeu que o *foco* revolucionário poderia criar as condições sociais e políticas necessárias à revolução continental. Segundo Miskulin, Fidel Castro também defendeu em várias ocasiões que Cuba fosse o exemplo para tornar a Cordilheira dos Andes a Sierra Maestra no continente americano. O governo cubano teria impulsionado materialmente o surgimento de movimentos guerrilheiros na América Latina, além de montar campos de treinamento no território cubano para preparar os guerrilheiros.

Também de acordo com a historiadora Claudia Wasserman (2007) - que explica o surgimento de um pensamento americanista entre a esquerda radical, sobretudo, em razão do impacto provocado pelos acontecimentos em Cuba -, toda a sociedade brasileira foi atingida pela Revolução de 1959, desde a extrema direita, a economia e as relações internacionais, até alterações na vida cotidiana exemplificadas pelo surgimento de novos termos como *cubanizar*.

Logo após a I Conferência da Organização, Carlos Marighella concedeu entrevista à Rádio Havana (Cuba). Trechos da conversa continuam sendo publicados em diversos trabalhos acadêmicos e livros sobre a ditadura brasileira. O áudio com a íntegra, contudo, foi recuperado durante pesquisas feitas por uma das militantes que trabalhou na construção da Ação Libertadora Nacional (ALN), liderada por Marighella, Iara Xavier⁵.

Duas intervenções de Marighella nos parecem emblemáticas da situação das esquerdas no Brasil naquele momento. A primeira diz respeito ao tom incisivo com que o militante se afirma no caminho da luta armada:

4. Silvia Miskulin. Apresentação por ocasião da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas. S-d. Disponível em <http://anphlac.fflch.usp.br/revolucao-cubana-apresentacao> (Último acesso em 28 de maio de 2019).

5. Áudio cedido por Iara Xavier Pereira, a íntegra transcrita do áudio pode ser consultada em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/100-ano-de-marighella-ouca-entrevista-historica-do-guerrilheiro/n1597396319790.html> (Último acesso em 28 de maio de 2019)

“O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”:
Carlos Marighella e a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)

Somente em torno da luta de guerrilhas, somente em torno de um caminho revolucionário como esse é que se pode realizar a unidade dos revolucionários, a unidade do povo brasileiro. Assim, seria perder tempo participar de frações, tentar organizar novos partidos e tentar percorrer o caminho tradicional que não nos ajudará em coisa nenhuma e só nos levará a passar ainda mais anos na pasmaceira em que nos encontramos atualmente. Minha posição e a dos camaradas que estão com a mesma disposição que tem a mesma convicção é exatamente a da preparação da luta armada, do desencadeamento da luta de guerrilhas e da concentração de todos os esforços nessa atividade. Era isso que tinha a esclarecer. (Marighella, 1967)

Em segundo lugar, a responsabilização do PCB pelo golpe de 1964 aparece como tema central da reconfiguração de estratégias e posições que, tendo atingido as esquerdas brasileiras em geral, o teriam levado ao caminho das armas:

A responsabilidade, se quiséssemos falar assim, maior, realmente cabe à direção do Partido Comunista Brasileiro. Por que a direção do Partido Comunista Brasileiro cabe orientar as bases, traçar os planos e orientar todo o povo, dar as diretivas necessárias para que a luta seja enfrentada. Ora, a direção do PCB seguiu caminho de submissão à liderança da burguesia. Confiava que os generais brasileiros pudessem vir a resolver a situação do povo. Confiavam num dispositivo militar. Realizava, na verdade, ou propunha a realização, de um trabalho de cúpula nos altos níveis das organizações. Não era trabalho realizado pela base, em que o povo participasse diretamente de baixo para cima e, por tanto, um trabalho que tivesse estrutura firme em que o proletariado, o campesinato, as forças de massa do Brasil estivessem mesmo atentas para a situação. Então, a direção do nosso partido era direção que estava se conduzindo com base de ilusões de classe, de ilusões com a burguesia. Evidente que com essa posição deixou o povo brasileiro inteiramente despreparado e, quando sobreveio o golpe militar de 1964, evidente que não havia condições para a resistência. O povo se encontrava na rua. Não tinha armas, entretanto. E não havia ação daquelas forças do governo e da burguesia que o partido, ou melhor, a direção do partido, sustentava que iriam reagir. O resultado é que inteiramente desprevenidos e despreparados com todas as ilusões que haviam sido defendidas pela direção do partido, ficou todo o povo brasileiro impossibilitado de impedir que o golpe se concretizasse, como acabou se concretizando. Esse é o caso típico de uma lição, de um ensinamento que se pode obter exatamente pelo fato de que a liderança comunista deixa de acreditar no proletariado como força dirigente da revolução, deixa de acreditar no aliado fundamental do proletariado, que é o campesinato, para lançar-se de mãos e pés amarrados diante da burguesia. Sem condições, portanto, de impedir o golpe que fatalmente virá em quaisquer circunstâncias sempre que o Partido Comunista não se preparar para a luta armada e não se preparar para organizar as forças armadas do povo, que é a única coisa que pode deter a posição, a ação dos imperialistas Norte-Americanos contra a liberdade do povo brasileiro ou dos povos da América-Latina. (Marighella, 1967)

Pouco depois, em maio de 1968, no México, outro intelectual militante de uma primeira geração de exilados brasileiros após o golpe de 1964, Ruy Mauro Marini,

publicaria *Los estudiantes y la vida política en Brasil*⁶, no qual avaliou como “indiscutível” o avanço revolucionário entre as esquerdas brasileiras – com destaque para os movimentos estudantis –, desde o marco fundamental do golpe militar. Segundo Marini:

Los avances del movimiento revolucionario no se han restringido empero a las manifestaciones callejeras, ni han sido limitados al movimiento estudiantil. En lo que se refiere a éste, dichas manifestaciones fueron acompañadas de la ocupación de escuelas y facultades, en las cuales, contando con la colaboración de sectores significativos del profesorado, los jóvenes introducen modificaciones al mismo sistema de enseñanza y organización escolar. Uno de los ejemplos más significativos, aunque no sea el único, es el caso de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de São Paulo, que se encuentra hace varios meses bajo el control de los estudiantes. Por otra parte, se está llevando a cabo una profunda reorganización del movimiento obrero, con base en los “comités de empresa”, órganos de base que sustituyen a los sindicatos, una vez que éstos se encuentran de manera directa o por mediación de los “charros”, en manos del gobierno. Las huelgas obreras, sofocadas después del golpe militar, han renacido con fuerza singular este año, destacándose la de la ciudad industrial de Belo Horizonte, en Minas Gerais, y la de los metalúrgicos de Osasco, uno de los municipios que forman el “Gran São Paulo”. En Osasco, contrariando la orientación del sindicato, los obreros desencadenaron un paro en pro de un aumento salarial de 35%, y han llegado incluso a la ocupación de fábricas. Finalmente, y en línea paralela a su actuación en el seno de los movimientos de masas, las fuerzas de izquierda desenvuelven una intensa acción conspirativa, cuyo efecto más visible son los atentados terroristas contra 4 unidades militares, periódicos de derecha, centros de representación diplomática o cultural norteamericanos, servicios públicos y bancos. El que obtuvo más repercusión, realizado el 26 de junio, nació de una declaración del general Carvalho Lisboa, comandante del II Ejército (el más importante de los cuatro sectores militares en que se divide el país), con sede en São Paulo, quien advirtió a la izquierda que “atacará por la espalda, pues, si lo hiciera de frente, sería aplastada”; pocos días después, una camioneta con 50 kilos de dinamita era arrojada contra el cuartel general del II Ejército, derribando su fachada principal y dejando el saldo de un soldado muerto y cinco heridos. Era un eslabón más en la serie de acciones iniciada a fines de 1966, que se ha centrado prioritariamente en São Paulo; habría que añadirle, además de otros atentados terroristas, los asaltos a unidades militares, para obtención de armamentos y explosivos, y las “expropiaciones” a bancos, cada vez más frecuentes. (Marini, 1968)

Nessas circunstâncias, gostaríamos de problematizar duas das mais recorrentes questões historiográficas acerca da relação entre a revolução cubana e a experiência de luta armada no Brasil.

O *castro-guevarismo* internacionalista que desponta na década de 1960 após o êxito da revolução em Cuba funcionou, sem dúvida, como operador ideológico fundamental sobre as esquerdas no Brasil, contribuindo, inclusive, para a reconfiguração

6. Periódico *El Día*, seção Testimonios y Documentos, México, 2 de agosto de 1968. Disponível em <http://www.marini-escritos.unam.mx/> (Último acesso em 28 de maio de 2019)

“O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”:
Carlos Marighella e a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)

de partidos, grupos e movimentos, com destaque para a ampliação dos organismos partidários da via armada. No entanto, é impossível compreender esse ponto de inflexão política fora dos marcos do contexto doméstico, como o golpe civil-militar de 1964, a instauração da ditadura naquele ano, a violenta repressão desencadeada a seguir, e o processo de ‘adaptação’ das esquerdas à luta política clandestina. Por um lado, se é possível observar a menção recorrente à revolução cubana como um disparador do horizonte revolucionário no país, também é verdade que essa influência tornou-se mais tanto mais evidente, quanto a ditadura se confirmava como realidade estabelecida e duradoura.

O livro *Furacão sobre Cuba* (1961), por exemplo, foi produzido no Brasil a partir da compilação dos artigos escritos pelo filósofo francês Jean-Paul Sartre em Cuba, em 1960, ao jornal *France-Soir* – emblemático do imediato interesse despertado pelo processo cubano em parte da sensibilidade ilustrada da esquerda europeia. Não encontramos nada similar no Brasil deste período, com destaque para o fato de que a primeira organização revolucionária brasileira, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP), criada em 1961, reunindo estudantes e militantes, sobretudo dissidentes do Partido Comunista Brasileiro - PCB, influenciados por algumas das ideias de Trotsky como a *teoria do desenvolvimento desigual e combinado*⁷, deixou documentos bastante críticos da incorporação de Cuba como modelo revolucionário para o Brasil. Pode-se dizer que as influências ideológicas predominantes no grupo variaram segundo o momento político brasileiro, mantendo-se indiscutível apenas a autonomia em relação às determinações das Internacionais, consideradas como espécies de Estado Maior político-ideológico atuante sobre os partidos comunistas.

Na trajetória de Carlos Marighella, os anos de 1966 e 1967 são marcados por intensa produção intelectual, tendo o baiano publicado *Crise Brasileira* (1966), *Carta a Executiva* (1966), *Ecletismo e Marxismo* (1966), *Carta ao Comitê Central* (1967), *Resposta ao Questionário do Pensamento Crítico* (1967), *Algumas Questões sobre Guerrilha no Brasil* (1967), além da referida entrevista à rádio Voz em agosto daquele ano, durante a OLAS. É ao longo desses trabalhos que Marighella vai chegando à conclusão de que “o caminho pacífico está superado” e que sem a adoção de uma estratégia revolucionária, novamente, estariam os marxistas a capitular com as “classes retrógradas”, e mais profundamente, pelo sentido de classe, com a própria ditadura.

7. Em geral, os documentos da POLOP incorporam sob o signo da desenvolvimento desigual e combinado a noção segundo a qual os países considerados atrasados não necessariamente precisariam seguir o caminho das nações capitalistas avançadas, mas poderiam saltar estágios na rota marxista para o socialismo. Ver: Nashla Dahás. *As esquerdas radicais no Brasil e no Chile: pensamento político, História e memória nos anos de 1960 e 1970*. Tese de doutorado. PPGHIS-UFRJ, 2015.

Vale lembrar que Carlos Marighella militou durante mais de três décadas no Partido Comunista, tendo sido preso e torturado por duas vezes durante a ditadura Vargasista (1937-45). Mesmo após a experiência-limite de violência política sob tortura, Marighella voltou à cena institucional elegendo-se deputado federal constituinte pelo PCB baiano em 1946, como um dos mais bem votados da época⁸. Nesse mesmo ano, ele voltaria a perder seu mandato, quando o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-51) cassou todos os políticos filiados aos partidos comunistas. Desse modo, não é possível atribuir a viragem de Carlos Marighella à luta armada a uma só explicação, como também não se pode fazer em relação ao avanço revolucionário entre as esquerdas brasileiras.

Considerações finais

Nos rastros da intersecção entre a vida e a obra de Marighella, e o pensamento revolucionário no Brasil e na América Latina, podemos afirmar que em um espaço de tempo bastante curto, entre 1961 e 1963, há uma ampliação da esfera de influência da experiência revolucionária cubana, cada vez mais citada como parte das relações interorganizações, intrapartidárias, interinstitucionais – como é o caso dos discursos de imprensa ou do Estado, a partir das autoridades ligadas ao governo João Goulart–, além de base discursiva comum quando se trata de pensar o continente latino-americano. Ao que nos parece, contudo, a reflexão sobre a Revolução tem seu auge entre 1966 e 1968, com destaque para a OLAS em 1967 como um ponto de *tensionamento*, muito mais do que de determinação sobre o processo de reconfiguração das esquerdas brasileiras iniciado com o golpe de 1964. Nesse cenário, Carlos Marighella nos permite vislumbrar os impasses, incoerências e complexidades daquilo que cada vez mais se convencionou chamar de subjetividade revolucionária.

É especialmente entre 1966 e 1968 que Cuba transforma o cenário global deslocando o papel da revolução para o terceiro mundo, assim como o modelo revolucionário da União Soviética passa a ser duramente questionado em nome do processo histórico liderado por Fidel e, por vezes, por Mao Tse Tung, na China (Sirinelli, 2014). Os sujeitos – como Marighella –, que viveram esse debate, experimentaram uma tensão bastante singular induzida pela percepção de uma conjuntura não apenas em rápida e instável transformação, mas estimulada pela lembrança constante da possibilidade revolucionária realizada por Cuba, um acontecimento cuja escala global se articulava ao quadro de Guerra Fria e que incluiu progressivamente à atmosfera política brasileira a questão da legitimidade da violência política revolucionária e de resistência.

8. Para uma trajetória cronológica da atuação política de Carlos Marighella, Ver: Projeto Memórias Reveladas, disponível em <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/carlos-marighella/> (Último acesso em 28 de maio de 2019)

“O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”:
Carlos Marighella e a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)

Referências

- ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Mônica (Orgs.) *Violência na História: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- DAHÁS, Nashla. As esquerdas radicais no Brasil e no Chile: pensamento político, História e memória nos anos de 1960 e 1970. *Tese de doutorado*. PPGHIS-UFRJ, 2015.
- DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? In: *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, nº 23, p. 39-79, jan./mar. 2018.
- GORENDER, Jacob. *O combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed., São Paulo: editora Ática, 1998.
- MARINI, Ruy Mauro. Los estudiantes y la vida política en Brasil. In: *El Día, Testimonios y Documentos*, México, 2 agosto de 1968.
- NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (Orgs.) *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- PINTO, Julio; NAVARRO, Pedro Valdés. “Elementos teóricos em la formacion y desarrollo del MIR durante el periodo 1965-1970”, 2006.
- REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- SALES, Jean Rodrigues. O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974). *Tese de doutorado* apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). São Paulo, 2005.
- _____. A Ação Libertadora Nacional, a revolução cubana e a luta armada no Brasil. *Tempo* [online]. 2009, vol.14, nº 27 [cited 2019-03-10], pp.199-21.
- _____. (Org.) *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Lamparina, FAPERJ, 2015.
- SIRINELLI, Jean-François. *Abrir a História. Novos olhares sobre o século XX francês*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.
- WASSERMAN, Claudia. A recepção da Revolução Cubana no Brasil: a historiografia brasileira. In: *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, vol. 18, nº 2, 2007.

Fontes

MARIGHELLA, Carlos. Crise Brasileira (1966) In: *Escritos de Carlos Marighella*. Editorial Livramento, pg. 49-97, 1979.

_____. Declaração geral da I Conferência Latino-Americana de Solidariedade, 1967. In: *Primera Conferencia de la OLAS* (Documentos). Ed. Orientador revolucionario, Instituto del libro, Havana, 1967, p. 68-78. In: LOWY, Michael. *O Marxismo na América Latina - uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

Entrevista concedida por Carlos Marighella à Radio Voz. Havana, Cuba, 1967. Disponível em : <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/100-ano-de-marighella-ouca-entrevista-historica-do-guerrilheiro/n1597396319790.html>